

Comité de Acompanhamento do Alentejo 2030

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Ana Paula Ramalho Amendoeira	CCDR Alentejo, I.P.	
Ana Pio	AMA, IP	
Ana Salvado	Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública - PlanAPP	Missão de, no âmbito do planeamento estratégico, apoiar a definição das linhas estratégicas, das prioridades e dos objetivos das políticas públicas, assegurar a coerência dos planos setoriais com os documentos de planeamento transversais, acompanhar a execução, avaliar a implementação das políticas públicas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e elaborar estudos prospetivos.
António André Pinto Matoso Pereira	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<p>NOTA: Na qualidade de membro suplente.</p> <p>Missão APA Propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas sectoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.</p> <p>Visão APA Contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais e de abordagens integradas das políticas públicas.</p>
António Joaquim da Silva Danado	ANAFRE	
António José Ceia da Silva	Autoridade de Gestão do PR Alentejo 2030	Presidente da Comissão Diretiva do PR do Alentejo 2030
Antonio Manuel Ascensão Mestre Bota	CIMBAL	Procurar soluções que beneficiem a região encontrando as melhores opções para região com crescimento sustentável e melhoria da qualidade de vida e da atratividade da região.
Arnaldo Pereira Gonçalves Frade	IEFP	Delegado Regional do Alentejo
Bernardo Veloso Mota de Barros	Infraestruturas de Portugal	
Carla Amoroso	Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)	<p>A Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) tem por missão a regulação do sector das comunicações, incluindo as comunicações eletrónicas e postais e, sem prejuízo da sua natureza enquanto entidade administrativa independente, a coadjuvação ao Governo nestes domínios.</p> <p>Os valores institucionais definidos pela ANACOM para suporte ao cumprimento da sua missão são os seguintes: independência, transparência, excelência e cultura de equipa.</p> <p>Estão atribuídas à ANACOM, ao abrigo dos seus estatutos e para o cumprimento da sua missão, diversas atribuições, entre as quais promover a concorrência na oferta de redes e serviços, garantir o acesso a redes, infraestruturas, recursos e serviços, assegurar a garantia da liberdade de oferta de redes e de prestação de serviços, contribuir para o desenvolvimento do mercado interno das redes e serviços de comunicações eletrónicas e dos serviços postais da União Europeia; assegurar a gestão eficiente do espectro radioelétrico; aprovar o Plano Nacional de Numeração, proteger os direitos e interesses dos consumidores e demais utilizadores finais, assegurar o acesso ao serviço universal de comunicações eletrónicas e postal, assegurar que seja mantido o acesso aos serviços de emergência.</p>
Carlos Manuel Pinto de Sá	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Célia Maria Cláudio Candeias	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	<p>A igualdade entre mulheres e homens é um princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa, sendo tarefa fundamental do Estado a sua promoção.</p> <p>A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é o organismo nacional responsável pela promoção e defesa desse princípio, procurando responder às profundas alterações sociais e políticas da sociedade em matéria de cidadania e igualdade de género.</p> <p>É um serviço da administração direta do Estado (com sede em Lisboa e um serviço desconcentrado no Porto), responsável pela execução das políticas públicas no domínio da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. A sua atual orgânica foi estabelecida pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro.</p>
Conceição José Mendes Moreno	AG PAT 2030	<p>O Programa de Assistência Técnica 2030 tem como missão apoiar ações de natureza transversal, em complementaridade às ações desenvolvidas individualmente em cada um dos programas, que promovam a concretização com eficácia, eficiência, rigor e transparência, da estratégia global definida no Portugal 2030. No âmbito da sua missão serão apoiadas operações desenvolvidas pelo órgão de coordenação global dos fundos e por outras entidades relevantes no âmbito da gestão, acompanhamento, avaliação, capacitação e comunicação dos fundos europeus, nas temáticas associadas às cinco tipologias de ação, envolvendo um processo de seleção com rigor e transparência, valorizando a qualidade, a inovação e o valor acrescentado dos resultados face aos objetivos estratégicos e operacionais do Programa.</p> <p>O PAT 2030 assume como visão ser um parceiro proativo no ecossistema dos fundos europeus, dinâmico, rigoroso e inovador, que contribui com relevância para a concretização dos objetivos e resultados estabelecidos no Acordo de Parceria Portugal 2030.</p>
Cristina Graça Rodrigues	ISS, IP	<p>Missão</p> <p>Garantir a proteção e a inclusão social das pessoas, reconhecendo os seus direitos, assegurando o cumprimento das obrigações contributivas e promovendo a solidariedade social.</p> <p>Valores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confiança - Ética - Eficiência - Inovação - Solidariedade
Diana Maria Correia Almeida Silva	IEFP - DRLVT	Promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.
Elisabete Quintas	Autoridade de gestão do Sustentável 2030	
Fermelinda Pombo Carvalho	Câmara Municipal de Portalegre	
Fernanda Sousa	INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P	<p>O Instituto Nacional para a Reabilitação tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência.</p> <p>É um Instituto Público que prossegue atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Para a prossecução da sua visão "Uma Pessoa um Cidadão" os valores do INR são:</p>
Fernando dos Santos Almeida	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.	
Fernando Lopes Alfaiate	Estrutura Missão Recuperar Portugal PRR	
Filipe Almeida	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social	
Filipe José Guerreiro Palma	Autoridade de Gestão do PR Alentejo 2030	Vogal Executivo do PR Alentejo 2030
Helena Maria Filipe Cesário Baptista	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	
Humberto da Costa Cerqueira	CCDR,Norte, IP	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Isabel Maria Martins Benedito	ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	Missão: Contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios e das comunidades, numa lógica de inovação e empreendedorismo. Valores: Cooperação, Inovação, Empreendedorismo, Proximidade, Sustentabilidade, Igualdade, Responsabilidade social.
Jerónimo José	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central é composta pelos Municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. A Comunidade corresponde à Unidade Territorial de Nível III (NUT III) do Alentejo Central, conforme Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril
João Oliveira	Ministério da Justiça	
Joaquim Pequicho	CONFECOOP	Missão Promover o fortalecimento do cooperativismo pelas vias da modernização, da competitividade e da qualidade, assente nos seus valores e princípios, tendo em vista a afirmação da sua importância e indispensabilidade para a Economia e para a Sociedade. Valores Solidariedade; Equidade; Cooperação; Justiça Social, Participação
Joaquim Fialho	CCDR Alentejo, I.P.	
José Apolinário	ALGARVE 2030	
José Carlos Pimenta Machado	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	NOTA: Na qualidade de membro efetivo. Missão APA Propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas sectoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos. Visão APA Contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais e de abordagens integradas das políticas públicas.
José Manuel Martins dos Santos	Turismo do Alentejo, ERT	Promover e valorizar turisticamente o território do Alentejo no quadro de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional
José Ribeiro	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil - Comando Regional do Alentejo	A ANEPC tem por missão planear, coordenar e executar as políticas de emergência e de proteção civil, designadamente na prevenção e na resposta a acidentes graves e catástrofes, de proteção e socorro de populações, coordenação dos agentes de proteção civil, nos termos legalmente previstos, e assegurar o planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência, com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra. A ANEPC tem ainda por missão promover a aplicação, a fiscalização e inspeção sobre o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições. A ANEPC, enquanto autoridade nacional, articula e coordena a atuação das entidades que desenvolvem, nos termos da lei, competências em matéria de emergência e de proteção civil e de proteção e socorro.
Liliana Teixeira Lopes	Coordenação Nacional da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Luis Castilho Reinales	COMPETE 2030	
Maria Filomena Ferreira Mendes	Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARSA, I.P.)	<p>Missão A missão e atribuições da ARSA, I. P., são as que constam do artigo 3º do Decreto-Lei nº 22/2012, de 30 de janeiro, cabendo-lhe designadamente, garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde, respeitando as regras de equidade, cumprindo e fazendo cumprir o Plano Nacional de Saúde e as leis e regulamentos em vigor. A ARSA, I.P., para melhor prossecução das suas atribuições deve colaborar com as restantes ARS e outras entidades do sector público ou privado com ou sem fins lucrativos, no âmbito da legislação em vigor.</p> <p>Valores No prosseguimento das suas atividades a ARSA, I. P. deve respeitar os princípios da legalidade, equidade e justiça, pautando a sua intervenção de acordo com as melhores práticas de desburocratização e eficiência. A ARSA, I. P., promove a partilha de meios de informação entre os seus departamentos e entre estes e as instituições de si dependentes, a maior colaboração nos processos e a organização do trabalho em rede. A ARSA, I. P., desenvolve a qualificação profissional dos seus trabalhadores e como meio de organização de trabalho fomenta o espírito de equipa e de colaboração transversal entre dois diferentes departamentos e unidades.</p>
Maria João de Carvalho Charrua	DGEstE - DSRS	A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação (ME), sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.
Marta de Albuquerque Alter	MONTE-Desenvolvimento Alentejo Central, ACE	Incentivar o desenvolvimento económico e social sustentável das regiões rurais e promover os processos de governança local.
Marta de Albuquerque Alter	Plataforma Portuguesa das ONG	
Miguel Alexandre Ferreira Rasquinho	Direção Regional do Alentejo do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude	<p>O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais. O IPDJ intervém na definição, execução e avaliação da política pública do desporto, promovendo a generalização do desporto, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros. A preservação da ética no desporto é ainda um dos escopos essenciais do IPDJ.</p> <p>De igual modo, o IPDJ visa dinamizar o apoio ao associativismo, ao voluntariado e promoção da cidadania, à ocupação de tempos livres, à educação não formal, à informação e à mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro</p>
Nuno André Oliveira Mangas Pereira	COMPETE 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital	
João Maria Aranha Grilo	Conselho Regional CCDR Alentejo	
Helena Isabel Duarte Neves	Conselho Regional CCDR Alentejo	
Nuno Ventura Bento	CCDR LVT	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Olga Cristina Carrasco Martins	ICNF, IP	
Patricia Laires Pinheiro de Andrade Borges	Agencia para o Desenvolvimento e Coesão	Representante da Entidade de Coordenação
Paula Alexandra Caeiro Paulino	NERE - Nucleo Empresarial da Região Alentejo, associação Empresarial	<p>Fundado em 1986, o NERE – NUCLEO EMPRESARIAL DA REGIAO DE EVORA e uma Associação Empresarial sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída ao abrigo da Lei Civil, assumindo-se como estrutura representativa do tecido empresarial da Região do Alentejo.</p> <p>Com sede no concelho de Évora, no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, tem como missão a promoção do desenvolvimento económico do distrito através do apoio e defesa dos interesses da actividade empresarial dos seus associados e da dinamização de projectos de melhoria do contexto e envolvente empresarial. Funcionando como delegação da AIP - Associação Industrial Portuguesa, a partir de Maio de 1989, o NERE AE constitui-se como uma Associação Empresarial autónoma e independente, abrangendo na sua área de actuação as empresas do Distrito de Évora e apelando para o associativismo do tecido empresarial regional, contribuindo para o desenvolvimento da Região Alentejo. A fim de prosseguir a sua missão, a Associação propõe-se a:</p> <p>Promover estudos que se relacionem com a atividade dos seus associados e demais agentes económicos da Região;</p> <p>Dinamizar a atividade associativa da região e incrementar o espírito de solidariedade e de apoio entre os seus associados;</p> <p>Organizar e manter serviços de interesse para os seus associados, prestando adequada informação, apoio técnico e consultoria;</p>
Paula Sofio	CME - Equipa de Missão Évora 2027	<p>Em 2027, Évora e o Alentejo irão representar Portugal como Capital Europeia da Cultura. A candidatura da cidade e o acompanhamento da iniciativa, até à constituição da Associação Évora 2027 que irá gerir o Programa Artístico selecionado, são assegurados pela Comissão Executiva Évora 2027, composta pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Évora, Direção Regional de Cultura do Alentejo; Universidade de Évora; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo; Turismo do Alentejo – ERT; Fundação Eugénio de Almeida e Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – ARPTA.</p> <p>Em Évora, e no Alentejo, ao longo de uma história feita de resiliência social, cultural e também económica, construímos um outro modo de viver e de estar, de olhar para nós, para os outros e para o Universo. Chamamos-lhe VAGAR.</p> <p>O vagar alentejano é a consciência plena de que nós, enquanto humanos, estamos sempre em relação com tudo o que nos rodeia. Uma consciência que questiona a nossa posição de dominância, e que implica coexistência, coevolução, contenção, criação e construção, espaço e tempo, memória e coletivo, assim como resiliência e tensão.</p> <p>De agora até 2027 e mais além, queremos elevar o VAGAR alentejano, afirmando-o como uma outra arte de</p>
Paulo Alexandre Condeça Feliciano	Agencia para o Desenvolvimento e Coesão	Representante da Autoridade de Certificação
Pedro Miguel Cesar Ribeiro	Presidente da CM Almeirim e da CIMLT	
Rita Carrilho	Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública - PlanAPP	Missão de, no âmbito do planeamento estratégico, apoiar a definição das linhas estratégicas, das prioridades e dos objetivos das políticas públicas, assegurar a coerência dos planos setoriais com os documentos de planeamento transversais, acompanhar a execução, avaliar a implementação das políticas públicas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e elaborar estudos prospetivos.
Rita Gabriela Dias Pereira	Sustentavel2030	
Rui Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista	Federação Minha Terras	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Rui Pedro Duarte Espada	NERE - Nucleo Empresarial da Região Alentejo, Associação Empresarial	<p>Fundado em 1986, o NERE – NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE ÉVORA é uma Associação Empresarial sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída ao abrigo da Lei Civil, assumindo-se como estrutura representativa do tecido empresarial da Região do Alentejo.</p> <p>Com sede no concelho de Évora, no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, tem como missão a promoção do desenvolvimento económico do distrito através do apoio e defesa dos interesses da actividade empresarial dos seus associados e da dinamização de projectos de melhoria do contexto e envolvente empresarial.</p> <p>Funcionando como delegação da AIP - Associação Industrial Portuguesa, a partir de Maio de 1989, o NERE AE constitui-se como uma Associação Empresarial autónoma e independente, abrangendo na sua área de actuação as empresas do Distrito de Évora e apelando para o associativismo do tecido empresarial regional, contribuindo para o desenvolvimento da Região Alentejo.</p>
Rui Veloso	Turismo de Portugal, I.P.	<p>Integrado no Ministério da Economia e do Mar, o Turismo de Portugal é a Autoridade Turística Nacional. Responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura.</p> <p>Com uma relação privilegiada com as outras entidades públicas e os agentes económicos no país e no estrangeiro, o Turismo de Portugal está empenhado em reforçar o turismo como um dos principais motores de crescimento da economia portuguesa.</p> <p>Missão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover Portugal como destino turístico; - Apoiar o desenvolvimento das infraestruturas turísticas e o investimento no setor; - Desenvolver a formação de recursos humanos; - Regular e fiscalizar os jogos de fortuna ou azar. <p>Visão</p> <p>Turismo de Portugal. Uma estratégia. Um compromisso. Uma organização para o desenvolvimento do turismo nacional.</p>
Sandra Araújo	Coordenação Nacional da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	

NOME	ENTIDADE	MISSÃO
Sandra Faria Araújo	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	<p>Missão: Combate à pobreza e redução das desigualdades a nível nacional</p> <p>Valores/Princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A consagração de um conjunto de direitos básicos de cidadania, enquanto patamar de suporte, garantia e promoção de níveis de bem-estar satisfatórios e compatíveis com a dignidade humana; - O compromisso político firme e transversal a todas as áreas das políticas públicas, assumindo que o combate à pobreza não é exclusivo das políticas sociais; - A responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço de erradicação das situações de pobreza em todas as suas formas; - A integração e multidimensionalidade entendidas como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais com vista ao desenvolvimento das comunidades locais; - A territorialização das intervenções como aproximação e adequação às especificidades locais, criando dinâmicas de potenciação dos recursos e competências; - A participação plena e constante de todos, em particular dos cidadãos, famílias e grupos em situação de pobreza; - A combinação adequada entre a universalidade e a diferenciação positiva, ou seja, a garantia de que, no cumprimento dos objetivos de inclusão social, todos os cidadãos e cidadãs são efetivamente tratados como iguais na base da diversidade das suas situações e necessidades e em relação com os recursos e oportunidades. - A implementação de um sistema efetivo de monitorização, acompanhamento e avaliação que potencie um melhor aproveitamento da informação administrativa e aprofunde a vertente de informação estatística, detalhada e atualizada
Sara Pasadas	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)	
Sonia Painhas Ferreira	PESSOAS2030	<p>A Carta Missão, Valores e Lema do PESSOAS 2030 desempenha um papel vital na construção de uma base sólida para a cultura organizacional e na definição da identidade do Programa. Expressa a vontade de alcançar um elevado nível ético, promovendo o alinhamento de todos os membros da instituição em direção ao objetivo partilhado. Pretende o fortalecimento da coesão interna e orienta a instituição em direção ao sucesso e ao cumprimento de sua missão. O PESSOAS 2030 compromete-se ainda com a sua divulgação interna e externa, de forma aberta e transparente, com vista à melhor prossecução do interesse público. (in https://pessoas2030.gov.pt).</p> <p>O Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, doravante designado de PESSOAS 2030, tem por missão: Apoiar as PESSOAS através da promoção do emprego de qualidade, das qualificações e competências, e da inclusão social, contribuindo para o equilíbrio demográfico.</p> <p>O PESSOAS 2030 tem por visão: Ser um parceiro estratégico para a construção de um Portugal mais inclusivo, mais qualificado e mais competitivo, contribuindo para a resposta ao desafio demográfico. Para cumprir a missão e atingir a visão traçada para a estrutura de missão do PESSOAS 2030, a Comissão Diretiva assume a Carta Missão, Visão e Valores ancorada nos princípios éticos da gestão pública, observando os princípios da atividade administrativa consagrados na Constituição e na lei, designadamente os do serviço público, da legalidade, justiça e imparcialidade, igualdade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, colaboração e boa-fé, integridade, lealdade, informação e qualidade, por forma a assegurar o respeito e confiança dos vários intervenientes. Neste contexto a Comissão Diretiva do PESSOAS 2030 adota a seguinte Carta de Valores: Confiança, Competência, Integridade, Responsabilidade social e sustentabilidade. (In Carta Missão Visão e Valores do PESSOAS2030.)</p>
Susana de Almeida Santos Dias	Fundação para a Ciência e Tecnologia	
Teresa Almeida	CCDR-LVT	
Hermínia Vasconcelos Vilar	CRUP	Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas